

ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ÁREA CONTINENTAL DE FLORIANÓPOLIS

MARIA DA GRAÇA AGOSTINHO¹
ANA ALICE MIRANDA DUARTE²
THAÍS GROSELLI³

mg.agostinho3@gmail.com
anaalice.mduarte@gmail.com
thais.grlli@gmail.com

RESUMO ABSTRACT

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo avaliar a qualidade dos espaços públicos de lazer, na área continental do município de Florianópolis, em Santa Catarina. Compreendendo o espaço público de lazer como lugar público e como parte dos sistemas de espaços livres, visa contribuir para estabelecer parâmetros de ordenamento do território para a construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Palavras-chave:

Espaço Público de Lazer, Praça, Parque, Florianópolis.

Study on the public spaces of leisure in the continental area of Florianópolis

The present work presents the results of research that aimed to evaluate the quality of public spaces for leisure, in the continental area of the municipality of Florianópolis, in Santa Catarina. Understanding the public leisure space as a public place and as part of open space systems, it aims to contribute to establishing territorial planning parameters for the construction of more inclusive, safe, resilient and sustainable cities.

Key words: Public Space for Leisure, Square, Park, Florianopolis.

¹ Arquiteta e Urbanista (UFSC), Mestre em Geografia - Área de concentração: Desenvolvimento, UFSC. Doutora e Mestra em Ciências Humanas. Atuou como Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Pós-graduação em Paisagismo. Atua nas áreas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Paisagismo. Pesquisadora independente.

² Arquiteta Urbanista (UFSC) e Mestra em Engenharia Civil pela UFSC. Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e na Pós-graduação em Paisagismo.

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – UNISUL; Técnica em Paisagismo pelo PRONATEC- UNOCHAPECÓ (2015) e bolsista pelo Programa de Pesquisa do UNIEDU.

O PRESENTE TRABALHO É RESULTADO DAS

reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa sobre os espaços públicos de lazer na porção continental do município de Florianópolis, em Santa Catarina. O estudo desenvolvido teve como premissa a importância de incorporar princípios ao planejamento do território que estabeleçam os espaços livres públicos como elementos estruturadores do espaço urbano, construindo um sistema integrado e multifuncional para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e resilientes. Para tanto é fundamental conhecer a realidade através de diagnósticos dos espaços livres públicos, assim como estabelecer parâmetros e referências como instrumentos para o planejamento do território.

A pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade dos espaços livres públicos de lazer, por meio da elaboração de um inventário constituído de um amplo levantamento, cadastramento e mapeamento dos espaços públicos de lazer na porção continental do município de Florianópolis. Compreendendo-os como lugar público e como parte dos sistemas de espaços livres, a pesquisa visa contribuir para estabelecer parâmetros de ordenamento do território para a construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO

Definimos o conceito de espaço livre público como um suporte material para a vida pública acontecer dando condição de materialidade para a existência da vida social e política nas cidades. As ruas, praças e parques, são espaços livres públicos, lugares de trocas e encontros na cidade. São definidos pelo seu caráter de domínio público, ou seja, a sua condição de propriedade é pública, bem como, *aberto e acessível a todos, a todo o momento, ele pertence à coletividade* (PANERAI, 1994, p. 79).

Os espaços livres públicos são partes constituintes dos sistemas de espaços livres (SEL) na cidade. Definido por Queiroga (2011, p. 27), “como os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intra-urbana à regional”. Como um sistema aberto, segundo o autor, o SEL urbano se relaciona com o SEL regional, “e assim sucessivamente, redefinindo-se reciprocamente em um processo dialético escalar”.

Na cidade construímos os sentidos de localização e identidade, fundamentais para o aparecimento do sentimento de pertencimento a um lugar. Requer o tempo de permanência, tempo de estar para criar vínculos, requer a vivência através da apropriação social dos espaços livres públicos e são fundamentais para a construção da memória coletiva e a garantia do direito à cidade e à paisagem (AGOSTINHO, 2008).

O planejamento do território deve considerar os espaços livres públicos como um sistema integrado e multifuncional, sobre o qual “se apoia a grande

duração que assegura a permanência da cidade”. Assim, *deve-se dar extrema atenção ao traçado e ao arranjo dos espaços públicos, como herança comum que é necessário respeitar, conservar e transmitir* (PANERAI, 1994, p. 79). Os espaços públicos como parte de um amplo sistema de espaços livres constituem-se a estrutura fundamental na organização do espaço urbano.

Nesse sentido, destaca-se a contribuição da visão ecossistêmica que incorpora de forma integrada os valores sociais e ambientais para o estudo sobre o SEL. Segundo Franco , partindo da abordagem sistêmica do mundo, *todos os elementos, incluindo as sociedades humanas, interagem numa gigantesca rede de relações, natureza e sociedade fundem-se numa totalidade organizada* (FRANCO, 1997, p. 99), A metodologia sistêmica não isola o objeto de estudo, mas procura considerar as interações no sistema em que se encontra. Ainda se destaca as contribuições do campo da arquitetura da paisagem e da ecologia que incorporam as questões relacionadas ao sistema natural e construído nos processos de elaboração do ordenamento do território.

Assim, o caminho metodológico deve reconhecer a cidade como um objeto complexo, cuja abordagem é interescalar e interdisciplinar/transdisciplinar. A partir de um olhar microcômico que se situa na escala intraurbana da cidade – a escala do bairro, da rua, o sujeito em sua relação cotidiana com o lugar – deve-se estabelecer relações com processos sociais e ambientais em uma escala macro, temos aí, a escala da cidade e da região.

Os planos diretores produzidos no Brasil têm como instrumento principal os planos de zoneamento e seus parâmetros urbanísticos para o desenvolvimento urbano. Estabelecem critérios de uso e ocupação do solo dos lotes urbanos, em especial, o lote privado, tendo como lastro a ação dos agentes imobiliários que visam em sua maioria a especulação imobiliária. Uma visão holística do papel dos espaços públicos e suas conexões urbanas têm sido excluída ou pouco desenvolvida no ordenamento do território.

Uma contribuição importante são as experiências de ordenamento do território em Portugal onde aplicou-se o conceito de estrutura ecológica. Tal

concepção, apresentada no Plano Verde de Lisboa, “está ligada ao contexto global da organização física da cidade” e

deve ser uma sequência contínua ou descontínua de espaços territoriais com identidade própria, constituída a partir dos valores culturais e paisagísticos, do espaço natural e urbano, apoiando-se nos valores telúricos primordiais do sítio (TELLES, 1997, p. 19).

Com abordagem sistêmica, abrangente e transdisciplinar, pode ser aplicado em diversas escalas, dos projetos aos planos urbanos.

No processo de elaboração do ordenamento do território, nas escalas urbana e regional, é necessário pensar o desenvolvimento urbano a partir de um plano do sistema de espaços livres e seus subsistemas, incorporando de forma integrada desde os espaços públicos até as áreas de preservação natural, cultural e da paisagem. O sistema de espaços livres públicos cumpre um papel estruturador do espaço urbano e estabelece critérios e princípios para o uso e ocupação do solo das funções urbanas de moradia, comércio, serviços, indústria, entre outros, no processo do planejamento do território.

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE LAZER PARA AS CIDADES

Os espaços públicos de lazer, como as praças e parques, são partes constituintes dos sistemas de espaços livres públicos na cidade e possuem múltiplas funções ecológicas, de sociabilidade e lazer. Integrados com a conservação dos ecossistemas naturais, na escala do município e da região, formam os sistemas de espaços livres e estabelecem as bases para a ocupação do território, sendo fundamental para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e resilientes. Os espaços públicos de lazer

trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as

peessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007, p. 60).

De acordo com Candeira (1999), a natureza deve fazer parte da nossa cena urbana cotidiana em qualquer de suas escalas. Nesse sentido, é essencial a inserção dos espaços públicos de lazer no meio urbano para a garantia da qualidade de vida urbana.

Os espaços públicos de lazer são espaços democráticos e fundamentais para as relações de sociabilidade no espaço urbano. A demanda de satisfazer essa necessidade humana de lazer ativo e passivo deve integrar o maior número possível de atividades e oferecidas em distintas escalas na cidade que corresponda a necessidade dos distintos usuários (CANDEIRA, 1999).

A valorização e a criação dos novos espaços públicos de lazer e da conservação dos existentes só é possível através do processo de planejamento do território estabelecendo os critérios de ordenamento a partir dos sistemas de espaços livres. A coexistência de forma integrada entre as zonas edificadas e os espaços livres de lazer e a natureza deveria ser imprescindível para a construção de cidades com qualidade de vida.

No presente estudo, os espaços públicos de lazer foram classificados conforme duas tipologias principais: praça e parque. Segundo Garcia,

a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados, pela organização espacial e intencionalidade de desenho”, nesse sentido a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa (LAMAS, 2004, p. 100-102).

A praça nas cidades ocidentais é um elemento morfológico importante, pois estabelece a

a estreita relação do vazio (espaços de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano. A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades (LAMAS 2004, p. 102).

O parque se diferencia da praça, em geral pela dimensão e pela presença da natureza. Enquanto o parque tem como objetivo aproximar o homem da natureza, sendo necessários grandes espaços de cobertura vegetal, a praça tem primazia na sua função social, como espaço de encontros e acontecimentos sociais, onde a vegetação pode ou não estar presente (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

Os espaços livres públicos *enquadram-se no meio urbano de acordo com uma lógica, constituindo sistemas que articulam e estruturam o tecido urbano, e aos quais é atribuído um significado bem definido* (TELLES, 1997, p. 17). No entanto, com muita frequência, em especial para a realidade das cidades brasileiras, estes surgem na malha urbana como resíduos do tecido edificado. *Torna-se assim imprescindível que eles sejam interpretados globalmente, enquanto estrutura indissociável da paisagem urbana onde se integram* (TELLES, 1997, p. 17).

Com relação da estrutura dos espaços livres é necessário estabelecer critérios de dimensionamentos. O índice de espaço público de lazer por habitante (m^2/hab) tem sido um dos critérios para se avaliar a qualidade de vida nas cidades. A literatura apresenta alguns parâmetros de referência como índice mais adequado para o ordenamento do território que vai de $12m^2/hab$ até $50m^2/hab$ (MAZZEI; COLESANTI; SANTOS, 2007). No entanto, os parâmetros quantitativos de espaços públicos de lazer devem estar combinados com parâmetros de distribuição equitativa no território. A quantidade adequada

deve estar combinada com o ordenamento de um sistema de espaços livres públicos, de modo que toda a população possa desfrutar dos espaços públicos de lazer equitativamente, com condições similares de acessibilidade (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ÁREA CONTINENTAL DE FLORIANÓPOLIS

A pesquisa sobre os espaços públicos de lazer foi realizada estabelecendo como recorte de estudo a porção continental do município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população de Florianópolis era de 421.240 habitantes e, a projeção para 2021 (IBGE) é estimada em 516.524 pessoas, com um aumento de aproximadamente 23%. A área territorial do município de Florianópolis segundo dados do IBGE é de 674,84 km² resultando em uma densidade demográfica de 623,68 hab/km². A porção continental do município, área de estudo desta pesquisa, segundo Censo de 2010 (IBGE) possuía 91.174 pessoas e com uma estimativa para 2021 de 100.000 habitantes. A área territorial aproximada é de 11,98 km² (QGIS) resultando em uma densidade demográfica de 7.610,52 hab/km².

A pesquisa apresenta um inventário constituído de um amplo levantamento, cadastramento e mapeamento dos espaços públicos de lazer no recorte delimitado. Para a sistematização dos dados foi produzido um banco de dados para o registro das informações em um sistema georreferenciado.

Na etapa inicial da pesquisa foi feito um amplo levantamento bibliográfico, assim como uma busca em órgãos municipais para levantar informações sobre os espaços públicos de lazer, praças e parques, existentes na cidade de Florianópolis e, especificamente, na porção continental do município. Com base nesse levantamento inicial foi criado um banco de dados, com o cadastramento dos espaços públicos de lazer identificados, sendo

registrado a sua denominação, localização e coordenadas para posterior levantamento em campo.

Num segundo momento, o levantamento foi complementado com visitas em órgãos municipais para consultas sobre a legislação municipal. Foram analisadas as leis de criação e denominação de praças e parques urbanos e realizada consulta na lei do atual plano diretor do município onde foram identificadas as áreas demarcadas como AVL – Área Verde de Lazer no plano de uso e ocupação (plano de zoneamento).

Posteriormente, realizou-se a pesquisa em campo para confirmação do levantamento inicial e aplicação de cadastro utilizando metodologias de observação e percepção urbana. Bem como, feitas as confirmações das informações de localização georreferenciadas e registro fotográfico. Após realizado o levantamento e cadastramento, as áreas avaliadas foram catalogadas em um banco de dados georreferenciados por meio do software QGIS (versão 3.16.3.). As ferramentas digitais como os sistemas de informação georreferenciados (SIG) são importantes instrumentos para o ordenamento do território.

Apresentamos a seguir os resultados preliminares elaborados a partir do inventário realizado dos espaços públicos de lazer na porção continental de Florianópolis. A pesquisa identificou um total de sessenta e oito áreas estudadas que foram levantadas, cadastradas e mapeadas. Desse total apenas quarenta e oito áreas foram consideradas espaços públicos de lazer, pois foram efetivamente implantadas, não considerando para essa classificação sua a qualidade. Nesse sentido, constituem-se em lugares que possuem algum tipo de equipamento de lazer, mobiliário e vegetação. Dessas áreas que juntas constituem o universo dos espaços públicos de lazer na área continental, verificamos a existência de quarenta e quatro praças e quatro parques urbanos (Parque de Coqueiros, Parque de Capoeiras, Bosque Pedro de Medeiros e área de lazer na Beira Mar Continental Norte).

As vinte áreas restantes que foram levantadas na pesquisa estão demarcadas no plano diretor como AVLS ou possuem lei de criação de praça/parque, mas,

efetivamente, não foram implantadas. Dessas, cinco delas fazem parte do sistema viário e funcionam como rotatórias com tráfego intenso, o que as torna inadequadas para o uso como espaço público de lazer. Outras três áreas receberam a construção de sedes de órgãos públicos (CIRETRAN, CASAN, 22º Batalhão da Polícia Militar). Portanto, essas condições são irreversíveis o que impossibilita a implantação de um espaço público de lazer. Temos, ainda, uma área levantada que está localizada dentro de um loteamento residencial fechado descaracterizando o espaço como público pela falta de acessibilidade. Restando então, apenas onze áreas demarcadas como AVL que tem a possibilidade de implantação de uma praça ou parque.

Portanto, das áreas levantadas, apenas 70,59% se configuram como espaço público de lazer, destes 64,71% são praças e 5,88% são parques. Do total de áreas pesquisadas, apenas 16,18% são áreas definidas pelo plano diretor como AVL – Área Verde de Lazer com potencial para implantação de praças ou parques. Atualmente, constituem-se de terrenos vazios ou subutilizados, ou seja, não cumprem função social na cidade.

Quanto a definição de uso para as áreas pesquisadas conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal (2014) observamos algumas incoerências. Constatamos que 80,88% das áreas levantadas estão definidas como AVL – Área Verde de Lazer. Na sequência 10,29% estão definidas como ACI – Área Comunitária Institucional, como é o caso do Parque de Capoeiras. Algumas áreas que correspondem a 1,54%, são demarcadas como ATL – Área Turística e de Lazer, como o espaço público de lazer na Beira Mar Continental Norte, AMC – Área Mista Central, ARP – Área Residencial Predominante e ARM – Área Residencial Mista que se referem ao uso misto, comercial e residencial como é o caso de algumas praças. Por fim, 4,62% fazem parte do sistema viário da BR-282 e vias projetadas como a PC3 conforme o plano de uso e ocupação do solo, mas, a partir das observações *in loco* verificou-se que tais áreas possuem uso e apropriação como espaço público de lazer.



Il. 1: Mapa de localização dos espaços públicos de lazer na área continental de Florianópolis.
Fonte: Elaboração de Thaís Grosbelli, 2022.

Considerando o total de espaços públicos de lazer efetivamente implantados, 48 praças e parques, avaliamos as condições apresentadas de qualidade, considerando aspectos quanto a forma, como por exemplo o traçado dos caminhos e composições paisagísticas; a funcionalidade, o programa, a vegetação/arborização e o mobiliário. Ainda foram observadas as condições de conservação e manutenção.

Assim, 12,50% e 35,42%, respectivamente, das praças e parques, foram consideradas em condições de qualidade ótimo e bom, totalizando 47,92% dos espaços públicos de lazer. Cabe destacar que alguns desses espaços foram recentemente implantados ou reformados pelo Programa Praça Viva da Prefeitura Municipal de Florianópolis, numa parceria público-privado ou por ações de contrapartida. Ainda, foi observado a manutenção feita pela comunidade local. 22,92% possuem condições de qualidade regular, em geral, apresentam os maiores problemas quanto a conservação, onde apresentam a necessidade de reparos e limpeza. Por fim, 29,17% das áreas identificadas apresentam estado de conservação ruim ou péssimo, 18,75% e 10,42% respectivamente. Esses espaços possuem equipamentos depredados e apresentam a necessidade de manutenção e reforma, pois seu uso está comprometido.

A área do continente possui quatro parques em funcionamento, sendo que um deles, o Bosque Pedro Medeiros, passou por diversos períodos de fechamento. O chamado Parque de Capoeiras em área do centro comunitário, possui poucos equipamentos de lazer, destaca-se apenas o campo de futebol. O Parque de Coqueiros foi criado por iniciativa popular, em área ociosa na orla no bairro de Coqueiros. Sua implantação inicial ocorreu através da “Sociedade Amigos de Coqueiros” na segunda metade da década de 1990, sem financiamento público. Posteriormente, consolidou-se oficialmente como parque urbano sendo assumido pela gestão municipal. A área da Beira Mar Norte Continental possui equipamentos de lazer distribuídos de forma fragmentada não apresenta uma unidade na organização do espaço considerando um programa de parque urbano.

Constatou-se que algumas praças foram marcadas pela intencionalidade da forma, conforme define José Garcia, onde *a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa* (LAMAS, 2004, p. 100-102), este é o caso da Praça Nossa Senhora de Fátima, recentemente, reformada.

Outras tantas, resultaram de “sobras” do tecido urbano no processo de parcelamento do solo, assim como, das obras do sistema viário. No geral, verificamos que os espaços públicos de lazer possuem baixa qualidade

formal e programas reduzidos, mobiliários mínimos e pouca vegetação/arborização. Manutenção precária que além de deixar o aspecto visual ruim, oferece risco a segurança dos usuários e conseqüentemente torna os espaços inóspitos e inseguros. A pesquisa identificou, ainda, a inadequação de algumas áreas destinadas à implantação de espaços públicos de lazer, pela localização e/ou pelas condições físico ambientais dos terrenos. Utilizando o recurso de ferramentas digitais, no caso o histórico do *Street View – Google Maps*, constatamos que, desde 2013, a maioria dos espaços públicos de lazer não apresentaram nenhuma melhoria significativa quanto a forma e os equipamentos existentes.

Como resultado geral do estudo dos espaços públicos de lazer foi feita uma análise quantitativa da distribuição espacial dos espaços públicos de lazer, abordando a relação de área (m^2) por número de habitantes. Foram considerados para essa análise apenas os espaços públicos de lazer implantados, ou seja, praças e parques que possuem algum tipo de equipamento de lazer/mobiliário. Assim, a partir do levantamento realizado pela pesquisa obtivemos um total de 230.832,97 m^2 de áreas destinadas aos espaços públicos de lazer. Desses, 139.225,90 m^2 são áreas destinadas às praças e 91.607,07 m^2 são áreas destinadas aos parques. Para esse cálculo foram utilizados os dados de população (Censo 2010) de 91.174 habitantes na porção continental do município.

A partir dos resultados obtidos verificamos que a área continental do município de Florianópolis possui 1,53 m^2 por habitante, considerando apenas as praças efetivamente implantadas. Se considerando apenas os parques urbanos esse índice cai para 1,00 m^2 por habitante. Tomando as áreas destinadas como AVLS no plano diretor e que tem a possibilidade de implantação de algum tipo de espaço público de lazer, o índice aumentaria apenas 0,27 m^2 por habitante. Dessa forma, considerando o total de áreas (m^2) das praças, parque e terrenos com possibilidade de implantação (AVLS), obtivemos o índice de 2,80 m^2 por habitante.

Portanto, constatou-se que os índices referentes a relação da quantidade de áreas (m^2) de espaços públicos de lazer e população são extremamente

PAISAGENS HÍBRIDAS



Il. 2: Praça N.S. de Fátima, recém reformada com novos mobiliários, equipamentos infantis/esportivo e vegetação.

Fonte: Fotografia: Maria G. Agostinho. Acervo da Autora.

Il. 3: Praça sem denominação, implantada em área residual de parcelamento do solo. com apenas um equipamento de brinquedo infantil em estado ruim de conservação.

Fonte: Fotografia: Maria G. Agostinho. Acervo da Autora.



baixos se comparado com índices de referência que estabelecem parâmetros mínimos necessários para garantir a qualidade de vida nas cidades. Os índices podem ser ainda menores se considerarmos os dados de população estimados para 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os espaços públicos de lazer na porção continental de Florianópolis constatou que há uma deficiência quanto a quantidade e a qualidade de praças e parques para atender as demandas da população. Florianópolis apresenta um histórico de baixo investimento e abandono dos espaços públicos de lazer. Para a área do continente essa realidade é ainda mais dramática, considerando os equipamentos de lazer na escala de vizinhança e bairro.

Quanto ao atual plano diretor de Florianópolis constata-se que não há uma política pública relevante para a constituição de um sistema de espaços livres públicos no município. A demarcação das AVLS – Áreas Verdes de Lazer, no atual plano diretor de Florianópolis, no mapa de uso e ocupação do solo, consolida os espaços públicos de lazer existentes. No entanto, a previsão de ampliação futura de novas áreas para implantação de praças e parques estão aquém das necessidades sociais e ambientais. Não há investimentos em novos espaços públicos de lazer.

O planejamento e a gestão da cidade, historicamente, têm abordado a questão dos espaços livres públicos de lazer de forma fragmentada e pontual, consolidando, de um modo geral, apenas o que já existe. Situação que se agrava pela distribuição desigual no território e pelas demandas da população não atendidas por espaços públicos em quantidade e qualidade adequados. Tais problemas urbanos se somam às necessidades históricas jamais satisfeitas de moradia, saneamento, mobilidade, entre tantas outras que compõe o direito à cidade.

O presente trabalho buscou contribuir para o desenvolvimento de metodologias para o planejamento do ordenamento do território. A pesquisa

sobre as praças da porção continental do município de Florianópolis buscou contribuir para atentar sobre a importância dos espaços públicos de lazer nas cidades e sobre a necessidade do planejamento do território, incorporar valores sociais e ecológicos, definindo estratégias para a implantação do sistema de espaços públicos como base fundamental para a construção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Maria da Graça. *Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis*. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CANDEIRA, Jose A. López. *Diseño urbano. Teoría y práctica*. Madrid: Munilla-Lería, 1999.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem como paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume-FAPESP, 1997.

GOOGLE MAPS. Mapa de Florianópolis. Disponível: <https://www.google.com.br/maps/@-27.5948569,-48.5804153,5759m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4> Acesso: 03.nov.2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Florianópolis. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html> Acesso: 3.nov.2021.

QUEIROGA, Eugênio F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate In: *Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, V. 19, nº. 1, 2012. (p. 25-35). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703>. Acesso em: 29.mar.2021.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene T.M.; SANTOS, Douglas G. dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer In: *Revista Sociedade & Natureza*, nº. 19(1), jun, 2007.

OLIVEIRA, Lucimara A. de; MASCARÓ, Juan J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer In: *Ambiente Construído*. Porto Alegre, V. 7, nº.2, 2007. (p. 59-69,).

PANERAI, Philippe. *O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano*. Revista Projeto, São Paulo, abril- 1994.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. *Plano verde de Lisboa*. Lisboa: Colibri, 1997.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio concedido através do Programa de Pesquisa do UNIEDU - programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação (SED). Que conceceu a bolsa de pesquisa.